

Porquê investir na floresta Portuguesa?

Na edição de março da *Forest Time* falámos do bom momento vivido pela economia portuguesa e de alguns dos fatores que contribuem para a atratividade do país face ao investimento estrangeiro. Agora, e porque o nosso foco é a floresta, vamos olhar para as características e argumentos que o setor florestal português, em particular, oferece neste campo.

PORQUE O SOL NÃO SERVE APENAS PARA ATRAIR TURISTAS



Embora o bom tempo seja um fator relevante na projeção de Portugal enquanto destino turístico, setor tão importante para a economia nacional, não é só aqui que ele ajuda a economia nacional. Com os longos períodos de sol e seu clima ameno, que raramente regista temperaturas negativas ao longo de todo o ano, e com uma concentração da pluviosidade no final do outono e primavera, períodos de maior crescimento das árvores, o território português permite, de uma forma geral, níveis muito elevados de produtividade florestal. Este é um bom ponto de partida!

Este clima mediterrânico, com muito sol e com temperaturas elevadas no fim da primavera e verão, marca naturalmente a diversidade das espécies mais frequentes no país, predominando culturas pouco exigentes quanto à pluviosidade e

resistentes ao clima quente.

Observando estas mesmas espécies (Pinheiro Bravo, Eucalipto, Sobreiro, Azinheira, Pinheiro Manso), verificamos que todas partilham uma mesma característica, que acaba por definir uma das principais diferenças da floresta portuguesa face às florestas do centro e norte da Europa: Os ciclos de exploração são muito reduzidos e mesmo os mais longos (35/45 anos), permitem gerar benefícios em momentos intermédios da exploração. Os mais curtos oferecem mesmo rendimentos anuais.

CICLOS DE EXPLORAÇÃO FLORESTAL REDUZIDOS

O pinheiro bravo, com corte final por volta dos 40/45 anos, permite em muitos casos realizar diferentes cortes intermédios, com utilizações que vão da biomassa, aos postes em varas, à pasta de papel ou à carpintaria, conforme a fase em que se encontrem.



O Sobreiro, por seu lado, começa a produzir em pleno apenas aos 40 e poucos anos (com dois cortes anteriores de cortiça de menor qualidade) mas, a partir daí, pode produzir uma colheita completa a cada 9 anos... e por mais de 17 ciclos. Também o Eucalipto permite o corte completo a cada 9/10 anos, sendo que cada plantação poderá produzir 3 a 4 gerações antes de ser replantado. Já o Pinheiro Manso produz pinhão todos os anos, sendo a produção portuguesa reconhecida pela sua elevada qualidade, daquele que é um dos frutos secos mais valiosos atualmente.

Da mesma forma a Azinheira produz bolota anualmente (como o Sobreiro), utilizada para a “montanheira”, a criação de porcos ibéricos no campo, fonte importante de rentabilidade. Também a caça e o gado se alimentam destas bolotas, o que valoriza ainda mais a sua existência.

Outro aspeto importante é a frequência com que encontramos produtos não resultantes da madeira, como a cortiça de que já falamos, mas sobretudo como o pastoreio, a caça, o turismo ou a apanha de cogumelos ou de resina, entre muitos outros, que permitem a diversificação de receitas e que contribuem para o desenvolvimento das regiões do interior.



FILEIRA INDUSTRIAL

Uma característica importante da produção florestal em Portugal é o poder contar com uma sólida e dinâmica fileira industrial da madeira e de produtos florestais. Isto significa que existe um mercado dinâmico e inovador, capaz de escoar as matérias-primas e de assegurar a competitividade do setor.

Portugal marca presença entre as mais proeminentes empresas europeias no setor florestal. 4 empresas portuguesas estão no top 100 das maiores empresas do setor a nível mundial, onde apenas 29 são europeias. Apenas a Suécia coloca mais empresas nesta lista.



Em 2017 Portugal foi o 19º maior exportador mundial de papel, cartão e seus artigos, sendo o 12º entre os países europeus. O país exportou 1.847 milhões de euros, para 167 mercados diferentes, o que corresponde é 3,4% do total das exportações portuguesas. A indústria do papel em Portugal está extremamente desenvolvida, possui elevados padrões de eficiência e utiliza tecnologia de ponta e matérias-primas de alta qualidade. Por esse motivo Portugal é o 2º maior produtor europeu de papel e cartão não revestido e o principal produtor europeu de papéis finos não revestidos, representando quase 60% das exportações de papel do escritório da Europa para o resto do mundo.

Na cortiça não existe rival! Portugal é o 1º produtor mundial assegurando 49% da cortiça mundial. Mas se esta matéria-prima 100% natural, versátil e sustentável é conhecida sobretudo pela sua utilização nas rolhas de garrafas de vinho, atualmente a sua utilização vai muito para além destas. A cortiça pode ser encontrada nas estradas, a revestir interiores de carros, ou no ar, a revestir aviões ou satélites, ou ainda a proteger escudos térmicos e placas de revestimento de naves espaciais.

Com as suas características únicas, leve, elástica e compressível, impermeável a líquidos e gases, extremamente isolante térmica e acusticamente, de combustão lenta e elevada resistência ao atrito, entre outras, permitem que seja utilizada numa grande diversidade de aplicações desde a indústria vinícola à construção e infraestruturas, arquitetura e design, indústria aeroespacial, transporte e energia, desporto ou moda.



Outros exemplos de setores bem desenvolvidos dizem respeito à utilização de biomassa em centrais de produção de energia, à utilização de madeiras jovens para postes e varas ou ao importante setor do mobiliário, extremamente desenvolvido na região norte do país.

FOCO NA FLORESTA E AGRICULTURA

Um outro dado relevante diz respeito ao foco que tem sido anunciado, por parte do governo, na área da agricultura, floresta e desenvolvimento regional, no sentido de melhorar alguns aspetos fundamentais para a atratividade e competitividade destes setores. Para 2019 o executivo definiu 4 prioridades que, a concretizarem-se, poderão beneficiar o setor florestal. Estas são a prevenção dos incêndios, a ordenação e gestão da floresta, o aumento e gestão das áreas de regadio e dos recursos hídricos e o apoio ao investimento na agricultura e agroindústria.

Quanto ao primeiro tópico, foi anunciado o novo Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR), que pretende melhorar a coordenação entre todas as entidades e organismos envolvidos na prevenção e combate aos incêndios. Trata-se de um assunto de grande importância e sensibilidade para o setor e para o país e que é atualmente alvo de grande atenção por parte das autoridades nacionais e regionais.

Importa referir que existem excelentes exemplos nesta área vindos do setor privado. Casos que comprovam, de forma clara, que a definição e implementação de planos de ação abrangentes, de curto e longo prazo, e a alocação de recursos específicos nesta área, produzem resultados concretos e reduzem substancialmente o risco de ocorrência de incêndios.



Outro passo importante diz respeito ao plano nacional de regadio anunciado no início do ano, com um investimento alocado de €500 milhões e que irá, até 2022, aumentar em mais 50.000 hectares as áreas de regadio e modernizar 40.000 hectares de regadios existentes. Este plano beneficiará sobretudo a agricultura, mas também algumas atividades florestais (por exemplo a irrigação de sobreiros - em fase experimental) ou de fruticultura.

UMA ALTERNATIVA INTERESSANTE

Em resumo o setor florestal português é um setor dinâmico, capaz de oferecer ciclos de exploração e de retorno sobre o investimento reduzidos, que conta com 1 fileira industrial capaz de escoar as matérias-primas e que se encontra disponível para a realização de contratos de aprovisionamento com os produtores.

De uma forma geral os preços por hectare são competitivos em comparação com a Europa ou América do Sul, os valores de compra da madeira situam-se entre os mais elevados da UE (em parte devido à qualidade da matéria-prima) e existem inúmeras possibilidades de candidatura a apoios, quer para reflorestação/plantação, como para a manutenção destas. Se adicionarmos o potencial de diversificação em produtos ou atividades derivadas, como o turismo rural ou a caça, ou mesmo no aproveitamento de solos não produtivos para produção de energia fotovoltaica, chegamos com frequência a equações extremamente atrativas para os investidores, potenciadas por um conjunto de benefícios fiscais aplicáveis aos investimentos florestais em Portugal.

Escrito por **Francisco Ramos**